

Necropolítica na selva: A Covid-19 e a marginalização dos povos da floresta no Brasil

Gabriela Russo Lopes
CEDLA, Universidade de Amsterdã, Holanda

Mairon G. Bastos Lima
Universidade Técnica Chalmers e Instituto Ambiental de Estocolmo, Suécia

Resumo

A Covid-19 tem sido especialmente danosa para grupos sociais já vulneráveis, como os povos da floresta. No Brasil, os indígenas, quilombolas, e outras comunidades racializadas sofreram desproporcionalmente sob o descaso do governo Bolsonaro durante a pandemia. Nós argumentamos que, longe de ser um acaso, essa política se encaixa numa forma de necropolítica em relação aos povos da floresta. Fundamentando-nos no trabalho seminal de Achille Mbembe, este artigo analisa como um racismo subjacente (e às vezes aberto), a depredação cultural e um desmatamento apoiado pelo governo constituem um verdadeiro assalto que veio a ser catalisado pela pandemia. Entender as mortes desproporcionais dos povos da floresta é crucial para resolver a sua crescente vulnerabilidade e as questões políticas em jogo atualmente.

Palavras-chave: *Brasil, Covid-19, Povos indígenas, comunidades locais, necropolítica, racismo.*

“O mundo dos que são felizes é bem diferente daquele dos infelizes.”
Ludwig Wittgenstein (1922: 184)

A Covid-19 desnudou várias desigualdades mundo afora, inclusive desigualdades sociais e de raça. Embora ela seja global, os impactos da pandemia ocorrem dentro de – e são moldados por – contextos políticos e socioeconômicos específicos. Os cemitérios brasileiros deram um testemunho pavoroso disso, já que grupos marginalizados (favelados, comunidades rurais, entre outros) ocupavam de modo desproporcional aqueles caixões (Conde, 2020). Até maio de 2020, a taxa de mortalidade de pacientes analfabetos e não-brancos já era 3,8 vezes maior que aquela dos brasileiros brancos e com nível universitário (Batista et al., 2020). Os brasileiros mais ricos puderam contar com hospitais particulares bem equipados, enquanto que a maioria depende do SUS – o sistema de saúde pública e universal brasileiro, modelado em parte no *National Health Service* britânico. Mesmo sub-financiado, o SUS suportou a maior parte do aumento vertiginoso da demanda (Botega, Andrade e Guedes, 2020); ainda assim, ele se mostrou insuficiente, em especial para as comunidades rurais e pessoas que vivem na floresta, os quais vivem em verdadeiros “desertos” de serviços de saúde (Castro, Lopes e Brondizio, 2020).

Entretanto, a pandemia fez mais que expor as crônicas iniquidades sociais do Brasil. A política do “viva e deixe morrer” perpetrada pelo governo Bolsonaro, minimizando a Covid-19, pregando contra os esforços de prefeitos e governadores para o distanciamento social, e o

seu descaso geral pelo sofrimento das populações mais pobres agravou ainda mais a discriminação sistêmica já existente no país. Como ele declarou com indiferença, “*Alguns vão morrer? Vão morrer, ué.*” (Watson, 2020). No entanto, quem morre não é algo acidental ou aleatório. Pelo contrário, isso é amplamente determinado por práticas excludentes anteriores que a Covid-19 catalisou.

Este artigo argumenta que embora os povos da floresta no Brasil (ex. indígenas, quilombolas, seringueiros) tenham uma longa história de marginalização (Ferrante e Fearnside, 2019), a sua exposição desproporcional à Covid-19 revela uma política mais ampla em jogo. Este é um caso de necropolítica, quando o Estado assume o poder de decidir quem vive e quem pode morrer (Mbembe 2003). Após oferecer um pano de fundo teórico, este artigo analisa três elementos constitutivos da necropolítica brasileira contra essas populações vulneráveis: trivialização do racismo, depredação cultural, e destruição ambiental. O artigo então ressalta as respostas dos povos da floresta, seguidas das conclusões. Esta conceitualização ajuda a entender como a Covid-19 se deu no Brasil, assim como seu enquadramento político mais amplo.

Fundamentos teóricos

A necropolítica se refere ao poder último do Estado, de controlar, regular e legitimar a mortandade. Construindo sobre o conceito de biopolítica, de Foucault, Mbembe (2003) chama atenção para situações em que as autoridades vão além da regulação da vida para regular a própria morte. Isso foi mais notável nas colônias, espaços extra-legais “onde é considerado que a violência do Estado de exceção opera a serviço da ‘civilização’” (Mbembe 2019: 77). Lá, como em áreas de fronteira agrícola, as vidas das comunidades (geralmente racializadas) passam a ser vistas como descartáveis, a suas mortes são legitimadas como “algo pelo que ninguém sente obrigação nenhuma de responder” nem por quem se “carrega o menor sentimento de responsabilidade ou justiça” (Mbembe 2019: 38).

A necropolítica ainda caracteriza muito da expansão de fronteira na América Latina. As vidas dos indígenas, quilombolas ou membros de outras comunidades locais dão paulatinamente lugar a transformações da paisagem e extração de recursos naturais em grande escala, já que as pessoas da floresta são repetidamente pintados como preguiçosos ou carentes de espírito empreendedor (Ribeiro, 2017). Inspirando-se em Hannah Arendt, Mbembe (2019: 78) argumenta que tal atitude de superioridade e suas consequências derivam menos da cor da pele da gente local e mais de uma visão que os enxerga como selvagens, ou o “medo de eles se comportarem como parte da natureza e de que eles tratem a natureza como sua mestra inquestionável”. A natureza, que é o espaço social dos povos da floresta, também é visto como uma fronteira a ser conquistada e civilizada. Assim, as aniquilações ambiental, cultural e humana vão de mãos dadas. Isso cria, para usar a terminologia de Mbembe (2019), um “mundo de morte” que a Covid-19 agravou.

Racismo, cultura e florestas durante a Covid-19

O racismo em geral sublinha a decisão de “quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2019: 80). Bolsonaro já vinha há muito tempo trivializando o racismo e sua aceitabilidade social. Após visitar uma comunidade quilombola, ele zombou que “o afrodescendente mais

leve lá pesava sete arrobas”, empregando a medida de peso antigamente usada para escravos e atualmente para animais, e que eles “não fazem nada”, não servindo “nem para procriar” (Simões, 2018). Esse discurso desumanizador é do mesmo modo usado para os povos indígenas, dizendo que “cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós; então, vamos fazer o índio se integrar à sociedade” (Phillips, 2020). Neste contexto de negligência histórica e racialização normalizada das populações da floresta, as mortes predominantemente não-brancas pela Covid-19 passam a ser cada vez mais relativizadas e tratadas como uma coisa da vida, algo contra o qual ninguém pode (ou deve) nada fazer, e assim algo que não é da responsabilidade de ninguém.

A deterioração cultural, por sua vez, acompanha o perecimento físico para criar também uma morte social. Isso acontece de maneira particularmente devastadora para povos cujas culturas dependem bastante dos anciãos e de tradições orais. A morte abundante de idosos para a Covid-19 nas comunidades florestais foi um potente símbolo de perda cultural, comparada a “queimar bibliotecas” (Rocha e Loures, 2020). A intrusão ilegal de garimpeiros e missionários evangélicos em terras indígenas, frequentemente toleradas (ou estimuladas) pelo governo federal (ver Prazeres, 2020), ameaçou ainda mais as comunidades tanto com doenças quanto com o desmantelamento cultural. Mbembe (2019: 200) aponta essas práticas como uma forma supostamente mais benevolente de necropolítica, “a destruição de uma cultura com o fim de ‘salvas as pessoas’ delas mesmas”. Com a Covid-19, o Estado brasileiro chegou perto de provocar um genocídio de povos indígenas, na visão de líderes locais e autoridades de justiça (Santos, 2020). Já à altura julho de 2020, o governo Bolsonaro havia sido acusado de crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional devido à sua falta de resposta à pandemia (Cruz, 2020).

Por fim, há um elemento material na marginalização dos povos da floresta e sua subsequente exposição à Covid-19. Com um crescente descaso oficial aos seus direitos nas suas terras, o desmantelamento das proteções ambientais e a atenção do público distraída, incêndios criminosos e desmatamento cresceram ainda mais durante a pandemia (Guimarães, Azevedo-Ramos e Moutinho, 2020). Para quem vive na floresta, isso vai além da perda ambiental; configura também o que Mbembe (2019: 82) chama de guerra infraestrutural, ou seja, a demolição e a pilhagem do espaço social e dos meios de subsistência de um grupo. O então ministro do meio ambiente brasileiro revelou com eloquência a meta de abrir mais floresta às indústrias de extração, sugerindo que “precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de Covid” e “ir passando a boiada” para “mudar todo o regramento”, pois “agora é hora de unir esforços pra dar de baciada” (Gonzalez, 2020). De fato, durante a pandemia o governo Bolsonaro tentou passar legislação anistando grileiros (Fellet, 2020) e demitiu funcionários de carreira por fiscalização “excessiva” na defesa dos territórios indígenas contra a contaminação pelo coronavírus (Paraguassu e Spring, 2020). Embora esse tipo de ação tenha continuado, o governo foi acusado pelo Ministério Público pelo “desmonte deliberado das estruturas de proteção ambiental” (MP-DF, 2020).

Respostas dos povos da floresta

As organizações dos povos da floresta resistiram à necropolítica do governo de três maneiras. Primeiro, elas buscaram preencher as lacunas deixadas pela inação governamental,

monitoramento elas mesmas o contágio por Covid-19 (ex. rastreamento de contatos, contabilidade de mortos), além de prover assistência local. Segundo, eles lançaram campanhas de informação como “Quilombo sem Covid-19: Vidas quilombolas importam!” (CONAQ, 2020), ou a “Maracá – Emergência indígena” contra a falta de medidas contra a Covid-19, a mineração ilegal e o desmatamento em suas terras (APIB, 2020). Terceiro, essas organizações se engajaram em ação política e judicial tanto nacional quanto internacionalmente para defender os seus direitos. Batalhas judiciais pressionado o governo Bolsonaro a agir levaram a um veredito no Supremo Tribunal Federal em agosto de 2020 (STF, 2020). A decisão determinou que o governo deveria atuar de acordo com as suas responsabilidades constitucionais e criar um plano de ação contra a disseminação da Covid-19 nas terras indígenas. As violações de direitos humanos durante a Covid-19 também foram denunciadas a organizações internacionais, como as Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (COIAB, 2020). No geral, essas iniciativas buscaram expor a negligência deliberada do governo em relação aos povos da floresta e responsabilizá-lo por sua inação. Elas clamam por maior atenção para as necessidades de saúde não atendidas e à importância vital de haver políticas públicas mais includentes como resposta à atual necropolítica.

Conclusões

A pandemia de Covid-19 pode ter dado ao mundo uma sensação maior de interdependência e coesão, ainda que manchada por divisões e fronteiras. Porém, como Wittgenstein nos lembra, a visão do mundo varia imensamente de acordo com onde se está; ela é moldada não apenas por diferenças materiais, como também pelos enquadramentos individuais ou sociais de cada um. Conforme as matas e os anciãos caem, os povos da floresta do Brasil têm, portanto, uma perspectiva sinistra. Quase nenhum governo reconheceu seu valor nem suas contribuições como produtores de alimentos, possuidores de conhecimentos tradicionais, ou agentes de conservação ambiental. No entanto, sob Bolsonaro e catalisado pela Covid-19, suas circunstâncias chegaram a um novo patamar. Níveis dramáticos de racismo, depredação cultural e destruição ambiental, conjugados a desertos de serviços de saúde, resultado na atual necropolítica contra os povos da floresta do Brasil. Analisar este cenário brutal e chamá-lo pelo nome pode contribuir para, quem sabe, desencadear uma reação regeneradora e transformadora.

Referências

APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) (2020) Emergência indígena. Articulation of Indigenous Peoples of Brazil: Brasília. [WWW document]. URL <http://emergenciaindigena.apib.info/en> [accessed 27 August 2020].

Batista, A. et al. (2020) Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. NOIS: Rio de Janeiro.

Botega, L., Andrade, M. and Guedes, G. (2020) ‘Brazilian Hospitals’ Performance: An Assessment of the Unified Health System (SUS)’. *Health Care Management Science* 23: 443 – 452.

Castro, F., Lopes, G. and Brondizio, E. (2020) 'The Brazilian Amazon in Times of COVID-19: From Crisis to Transformation?'. *Ambiente and Sociedade* 23: 1–11.

COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) (2020) Covid-19: COIAB, Center urge UN and OAS to Act to Protect Indigenous Peoples in the Amazon. Coordination of the Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon: Washington. [WWW document]. URL <https://indianlaw.org/story/covid-19-coiab-center-urge-un-and-oas-act-protect-indigenous-peoples-amazon> [accessed 27 August 2020].

CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) (2020) 'Covid-19 Observatory in Quilombos'. National Coordination of Articulation of Black Rural Quilombola Communities and Instituto Socioambiental: Brasília. [WWW document]. URL: <https://quilombosemcovid19.org/> [accessed 27 August 2020].

Conde, M. (2020) 'Brazil in the Time of Coronavirus'. *Geopolítica(s)* 11(Special): 239–249.

Cruz, I. (2020) 'Governo Bolsonaro e genocídio: da hipérbole aos alertas no exterior'. *Nexo Jornal*. [WWW document]. URL <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/15/Governo-Bolsonaro-e-genoc%C3%ADdio-da-hip%C3%A9rbole-aos-alertas-no-exterior> [accessed 27 August 2020].

Fellet, J. (2020) 'Como a "MP da grilagem" pode mudar o mapa de regiões da Amazônia'. BBC. [WWW document]. URL <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51071810> [accessed 27 August 2020].

Ferrante, L. and Fearnside, P. (2019) 'Brazil's New President and "Ruralists" Threaten Amazonia's Environment, Traditional Peoples and the Global Climate'. *Environmental Conservation* 46: 261–263.

Gonzales, J. (2020) 'Brazil Minister Advises using COVID-19 to Distract from Amazon Deregulation'. *Mongabay*. [WWW document]. URL <https://news.mongabay.com/2020/05/brazil-minister-advises-using-covid-19-to-distract-from-amazon-deregulation/> [accessed 27 August 2020].

Guimarães, A., Azevedo-Ramos, C. and Moutinho, P. (2020) 'Covid-19 e o desmatamento amazônico'. *El País*. [WWW document]. URL <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-31/covid-19-e-o-desmatamento-amazonico.html> [accessed 27 August 2020].

Mbembe, A. (2003) 'Necropolitics'. *Public Culture* 15(1): 11–40.

Mbembe, A. (2019) *Necropolitics*. Duke University Press: Durham.

MP-DF (Ministério Público do Distrito Federal) (2020) Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa com Pedido de Afastamento Cautelar do Cargo. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal. [WWW document]. URL <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/aia-salles-1> [accessed 27 August 2020].

Paraguassu, L. and Spring, J. (2020) 'Operação contra garimpo mostrada em reportagem derruba de equipe de fiscalização do Ibama'. Reuters. [WWW document]. URL <https://br.reuters.com/article/idBRKCN21W2Z1-OBRTTP> [accessed 27 August 2020].

Phillips, T. (2020) 'Jair Bolsonaro's Racist Comment Sparks Outrage from Indigenous Groups'. The Guardian. [WWW document]. URL <https://www.theguardian.com/world/2020/jan/24/jair-bolsonaro-racist-comment-sparks-outrage-indigenous-groups> [accessed 27 August 2020].

Prazeres, L. (2020) Em meio a ações contra mineração ilegal, Salles se reúne com indígenas e garimpeiros no Pará. O Globo. [WWW document]. URL <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-meio-acoes-contra-mineracao-ilegal-salles-se-reune-com-indigenas-garimpeiros-no-para-24569677> [accessed 27 August 2020].

Ribeiro, D. (2017) Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Global Editora: São Paulo.

Rocha, B. and Loures, R. (2020) 'Na Amazônia, as bibliotecas estão sendo incendiadas'. El País. [WWW document]. URL <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-06-03/na-amazonia-as-bibliotecas-estao-sendo-incendiadas.html> [accessed 9 June 2020].

Santos, J. (2020) 'Risco de genocídio: Covid-19 ameaça indígenas brasileiros'. Rádio e Televisão de Portugal. [WWW document]. URL https://www.rtp.pt/noticias/mundo/risco-de-genocidio-covid-19-ameaca-indigenas-brasileiros_n1231566 [accessed 9 June 2020].

Simões, M. (2018) 'Brazil's Polarizing New President, Jair Bolsonaro, in His Own Words'. New York Times. [WWW document]. URL <https://www.nytimes.com/2018/10/28/world/americas/brazil-president-jair-bolsonaro-quotes.html> [accessed 9 June 2020].

STF (Supremo Tribunal Federal) (2020) Barroso determina que governo federal adote medidas para conter avanço da Covid-19 entre indígenas. Supremo Tribunal Federal: Brasília. [WWW document]. URL <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=447103&caixaBusca=N> [accessed 27 August 2020].

Watson, K. (2020) 'Coronavirus: Brazil's Bolsonaro in Denial and Out on a Limb'. BBC. [WWW document]. URL <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-52080830> [accessed 9 June 2020].

Wittgenstein, L. (1922) Tractatus Logico-Philosophicus. Harcourt: New York.